



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0458/15	DATA: 05/05/2015	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 16h02min	PÁGINAS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO FERREIRA - Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

SUMÁRIO

Debate sobre a situação atual das obras do projeto de integração e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Boa tarde, Srs. Parlamentares, assessores e demais convidados! Inicialmente, nós pedimos desculpas pelo atraso em virtude do debate com o Ministro Joaquim Levy, para o qual eu estava inscrito, a fim de solicitar ao Ministro justamente o não contingenciamento das obras estruturantes da transposição e dos recursos necessários para garantirmos a revitalização, na parte ambiental, e o saneamento da Bacia do Rio São Francisco.

O Ministro Levy não deu uma resposta muito positiva, aguardando resultado das votações, mas ficou o registro. Na reunião, nós mostramos a necessidade de se garantir para o Nordeste essa obra da transposição e, em toda a margem do rio e dos canais que estão sendo construídos, o saneamento e os recursos necessários para as adequações deste projeto.

O Ministro Levy afirmou que conhece a problemática e vai se esforçar para que nós possamos efetivamente não ter descontinuidade dessa grande obra tão necessária para o nosso Nordeste.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª Reunião ordinária da Comissão Externa, destinada a acompanhar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como Transposição do Rio São Francisco, bem como do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

As atas serão avaliadas nas próximas reuniões.

Esta audiência foi solicitada para nós ouvirmos os representantes da FUNASA e do Ministério das Cidades especificamente sobre o seguinte tema: saneamento. Nós já os agradecemos o atendimento ao convite.

Solicito aqui a presença do Sr. Paulo Ferreira, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. O Presidente da FUNASA — Fundação Nacional de Saúde —, em virtude de um imprevisto na agenda, não pode comparecer, mas, oportunamente, nós iremos também dialogar com o Ministério das Cidades, justamente para vermos o que está sendo executado e o que precisa ser agilizado no tocante ao saneamento dessas cidades por onde os canais da transposição irão passar.



Registro a presença do Sr. Manoel Renato Filho, Diretor do Departamento de Cooperação Técnica do Ministério das Cidades; do nosso estimado Relator, Deputado Rômulo Gouveia, paraibano, ex-Governador da nossa Paraíba; e dos Parlamentares Vitor Valim e Adail Carneiro nesta audiência pública.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Ferreira. S.Exa. dispõe de até 20 minutos. Após a sua fala, haverá o debate com os Parlamentares.

O SR. PAULO FERREIRA - Eu queria, num primeiro momento, agradecer muito ao Deputado Raimundo Gomes de Matos pelo convite ao Ministério das Cidades, em particular à Secretaria de Saneamento, para expor alguns aspectos que achamos relevantes no Programa de Saneamento da Área de Transposição do Rio São Francisco.

Queria muito agradecer a presença do Deputado Rômulo Gouveia, fraterno amigo, com quem tenho dividido algumas mesas de debates e com quem tenho aprendido muito sobre saneamento e, em especial, sobre a Paraíba.

Agradeço também a presença dos demais Deputados e dos colegas que estão me acompanhando, sem os quais eu não teria condições nem de falar para os senhores, porque são eles que representam as bases da minha discussão técnica aqui nesta Comissão.

Sr. Presidente, está preparada uma pequena apresentação sobre o sistema, mas eu acredito que precisaria que V.Exa. definisse como é que nós vamos desenvolver esse tempo. Talvez, pudéssemos dar os grandes números, até porque a problemática do saneamento é bem conhecida.

No que diz respeito especificamente à Bacia do São Francisco, o Velho Chico, que é o rio da integração nacional, compreende 505 Municípios. Desses 505 Municípios, a bacia dele, especificamente, que tem relação com o Ministério das Cidades é composta por 185 Municípios.

O Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, tem feito um grande esforço — aliás, muito ajudado por esta Comissão — no sentido de investir na área do saneamento. Então, na bacia como um todo, nesses 185 Municípios, o Ministério das Cidades tem 290 contratos. Há Municípios que têm mais de um contrato, perfazendo um total de 8 bilhões de reais. Isso acontece desde o PAC 1 até o PAC 2, que é o que está em vigor. Desses 290 projetos, 11 projetos estão em



contratação. No final, nós temos uma intervenção em 301 contratos nesses 185 Municípios. Temos quase dois projetos por Município.

Desagregando um pouco essas informações, nós temos 181 projetos em andamento e outros 120 projetos que já concluídos, desde o PAC 1 até os nossos dias. Desses 301 contratos que nós temos, na área de abastecimento de água são 87 contratos, perfazendo 3 bilhões de reais; na parte de desenvolvimento institucional, de crescimento na gestão das empresas ou das autarquias envolvidas, são nove projetos, perfazendo 534 milhões; na área de esgotamento sanitário são 103 projetos, perfazendo 3,1 bilhões; na área de estudos e projetos, nós estamos incentivando, implementando e trabalhando, junto com os Municípios, em 51 contratos, perfazendo 80 milhões — eu estou dando números redondos —; na área de águas pluviais, nós estamos trabalhando em 24 projetos, perfazendo 1,25 bilhão, 1,3 bilhão; no manejo de resíduos sólidos urbanos, nós estamos trabalhando em 14 projetos, perfazendo 27 milhões; e, no saneamento integrado, quando há o Programa Minha Casa, Minha Vida, nós estamos trabalhando em 13 projetos, perfazendo 457 milhões.

Desses 8,3 bilhões, que corresponde ao total investido pelo Governo Federal nesses Municípios da Bacia do São Francisco, 179 projetos têm financiamento. Existe parte do Município, mas a iniciativa privada fornece uma parte como contrapartida, perfazendo 6,8 bilhões. Do Orçamento da União, há 122 contratos, perfazendo 2,2 bilhões.

Agora, se nós desagregarmos especificamente só na área da integração do São Francisco, só na área específica do Rio São Francisco, da transposição, são 67 projetos — 6 projetos na Bahia; 13 projetos no Ceará; 16 projetos na Paraíba; 20 projetos em Pernambuco; e 12 projetos no Rio Grande do Norte —, perfazendo 887 milhões de reais. Desses 67 projetos, 64 projetos estão contratados, quer dizer, estão em andamento, e três projetos estão em contratação.

Das obras que esses contratos pressupõem existir, nós temos 55 projetos em andamento e 12 projetos que já foram concluídos. Desse conjunto de 67 projetos, 18 projetos se referem a abastecimento de água; 16 projetos se referem a esgotamento sanitário; 29 projetos são estudos; três projetos se referem a águas pluviais; e 1 projeto se refere a saneamento integrado.



Especificamente na bacia, desses que dizem respeito à transposição, somente 7 projetos pressupõem financiamento. Os outros 60 projetos correspondem a recursos da União, ao Orçamento Geral da União — OGU, perfazendo 667 milhões. Essas são algumas informações, são, em grandes números, o que nós temos encontrado.

Quais as dificuldades que nós temos percebido? Alguns Municípios não têm tido oportunidade de desenvolver os projetos adequadamente. Eles têm dificuldade no desenvolvimento dos projetos. Sem os projetos, nós não vamos ter a correspondente materialização do seu desenho, que seriam as obras.

Outra dificuldade que encontramos é na gestão dos empreendimentos. O Ministério das Cidades está em uma ponta, e o empreendedor está na outra ponta. Então, isso causa um vazio entre a Caixa, que é a mandatária que está no sistema, no processo, e as regras, que são muito definidas por meio dos normativos. Isso pressupõe, às vezes, uma demora na execução dos empreendimentos.

A nossa preocupação, Deputados, é no sentido de agilizar esses processos, fazer com que eles andem com uma velocidade adequada, que os recursos sejam aplicados de maneira adequada. Como grande parte dos recursos são do OGU, precisamos ter uma gestão bastante correta na sua aplicação em todos os ângulos.

Eu acho que, de maneira geral, essa visão dá para termos um princípio de discussão. Na minha apresentação, que está aí à disposição, há uma série de informações. Elas não têm essa numerologia toda, mas são informações que dizem respeito ao grande investimento do PAC 1, que, como era de se esperar, foi na área de esgotamento sanitário. Já no PAC 2, a coisa ficou mais equilibrada, de tal sorte que podemos ver que nós temos 18 projetos de abastecimento e 16 projetos de abastecimento de água.

O que chama a atenção — e eu corroboro o que havia exposto inicialmente — é que 29 contratos se referem a estudos e projetos e correspondem àqueles empreendimentos que, mais para a frente, gerarão construções.

Eu acho que, mais importante do que as informações numéricas que eu possa dar, talvez sejam o debate e a discussão que nós podemos ter com os seus pares, os nossos ilustres Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - É importante, antes de passar a palavra ao Deputado Adail, nós termos a indagação sobre a questão da metodologia.

A lei nacional que fala sobre habitação e saneamento pressupõe que o Município precisa ter um plano municipal de saneamento. Nós, que temos uma vivência municipalista, observamos que a grande maioria dos Municípios não possui o plano municipal de saneamento para se habilitar aos recursos disponíveis. Os Municípios também não possuem recursos necessários para contratar empresas especializadas em fazer esse estudo, em fazer esse projeto.

Eu indago ao Dr. Paulo: o próprio Ministério, nesse caso da transposição que está sendo executada pelos Municípios, bancaria esse projeto ou haveria contrapartida do Município para fazê-lo? A outra indagação é sobre a execução física propriamente dita. A obra é feita via Ministério ou o Ministério faz um convênio com o Município e este, via Caixa, executa? Ela é vinculada ao Estado? Em alguns desses Municípios, as companhias estaduais é que têm o domínio da questão, têm o contrato de comodato...

O SR. PAULO FERREIRA - A concessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - ...a concessão por 10 anos, por 20 anos, por 30 anos, dependendo do Município. Então, como se dá essa parceria? Haja vista que, por exemplo, no Estado do Ceará, em alguns Municípios é a CAGECE — Companhia de Água e Esgoto do Ceará. Então, quem faria o projeto? A CAGECE ou o Município? Quem faria a administração da execução da obra? Quem irá gerenciar toda essa estrutura necessária, após a implementação do abastecimento de água e do saneamento? Essa estrutura ficaria a cargo do poder municipal ou da empresa estadual que executa, que tem essa concessão?

Então, a princípio são essas as perguntas. Após as respostas de V.Sa., eu passo a palavra ao Deputado Adail Carneiro para dar sequência ao debate.

O SR. PAULO FERREIRA - Deputado, V.Exa. tocou no cerne da questão. Nós estamos muito preocupados com o fato de que o Município não tem tido recursos, tanto financeiros quanto materiais, para desenvolver os planos.



No caso específico do saneamento, nenhum dos Municípios que está na Bacia do São Francisco está ainda na regra de que, se não houver o plano, não vão obter financiamento. Todos eles já estão enquadrados, em termos de financiamento.

Nós temos feito gestões junto às empresas de saneamento, de maneira específica, para que elas assessorem os Municípios que não fazem parte da sua área de concessão. Ao fazer esse assessoramento, elas podem criar condições para os Municípios desenvolverem o projeto, o plano de saneamento e, além disso, os filhotes do plano, como, por exemplo, o plano e o projeto executivo do sistema de abastecimento de água, do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto até a destinação final, de drenagem urbana e, principalmente, do plano de resíduos sólidos urbanos.

No que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, a implementação da política ou a coordenação da política está a cargo do Ministério de Meio Ambiente. Ao Ministério das Cidades compete executar essa política. A política do Ministério, estabelecida em lei por este Parlamento, definiu que já venceu o prazo da entrega dos planos. Parece-me que há um projeto aqui para conceder um pouco mais de prazo para os Municípios. O importante dessa questão é que se consiga definir uma forma para que os Municípios tenham assistência para executar isso.

O Ministério das Cidades, através da Secretaria de Saneamento, tem colocado seus técnicos à disposição, atendendo a todos os Municípios da forma mais adequada possível, para que eles tenham assistência e suporte técnico. Mas isso não basta. Então, nós temos advogado a ideia de que a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — porque todos os Estados têm uma empresa estadual de saneamento —, que tem um corpo técnico, poderia ajudar os Municípios a desenvolver os planos. Depois, o Estado poderia ressarcir à empresa de saneamento o custo desse plano, que é irrisório perto do investimento.

Mesmo assim, como eu pude explicar, nós temos 29 estudos e projetos na área da Transposição do Rio São Francisco. Nós estamos financiando estudos e projetos num valor significativo. São destinados 17 milhões de reais para estudos e projetos para 29 contratos. Esse é um valor bastante significativo. Mesmo com esses 29 contratos, certamente não vamos cobrir todos os Municípios da bacia. Esse,



como eu disse, é um ponto central para que passemos a discutir como vamos ajudar o Município, para que ele cumpra essa determinação legal.

No que diz respeito ao saneamento, o Plano Nacional de Saneamento Básico deu prazo até o final deste ano para que os Municípios tenham seu plano de saneamento. Por que isso? Através do plano, o Município vai gerar soluções integradas. A dificuldade que temos encontrado nos Municípios é que eles fazem a obra isoladamente, não dentro de um plano que estruture o Município e olhe para frente. Então, o Ministério tem colocado a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para dar assistência ao Município. No que for possível, estamos à disposição.

V.Exa. tocou em outro ponto importante, que é o problema da execução dos empreendimentos. Foi definido constitucionalmente que o saneamento é uma concessão municipal, que o poder concedente é o Município. Cada Estado tem sua empresa de saneamento, e alguns Municípios não fizeram a concessão para essas empresas. Em muitos casos, isso gera até algum conflito. Há casos na Bacia do São Francisco em que estamos intermediando uma discussão entre a empresa e o Município, que não ofereceu sua concessão para a empresa de saneamento.

Nós financiamos a execução através da Caixa, que é a mandatária. A execução é local, o Município ou a empresa estadual contratam as empreiteiras para a execução desse trabalho. Estamos buscando formas de ter maior acompanhamento disso, para que os investimentos que estão sendo alocados para os Municípios tenham uma velocidade maior na sua implementação. Nós temos observado — ainda há pouco o Dr. Manoel fez um trabalho muito interessante mostrando isto — que a velocidade de execução tem sido bastante insatisfatória. Vamos identificar qual é a razão disso, se é deficiência técnica, se o Município não tem capacitação técnica para executar, se é uma burocracia extraordinária, burocracia que não deveria haver e que precisaríamos vencer. Estamos com a mesma preocupação de V.Exa., e esperamos em breve ter algumas diretrizes para ver se conseguimos acelerar esse trâmite.

Não sei se varri todas as suas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Tem a palavra o Deputado Adail Carneiro.



O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Boa tarde, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Boa tarde, Sr. Paulo Ferreira. Primeiro, agradeço a V.Sa. a gentileza de vir aqui conversar conosco. Na verdade, nossa preocupação nasce lá em Pirapora, Minas Gerais, e vai terminar no nosso querido Nordeste. Temos 16 Deputados nordestinos compondo esta Comissão, e a Deputada Raquel Muniz, que é mineira — sexta-feira estaremos com muito orgulho na terra de S.Exa.

Temos tido uma preocupação muito grande. Queremos saber, de maneira muito clara e objetiva, para transmitir àquelas pessoas que nos buscam para obter informações, como tudo irá acontecer, da maneira mais segura possível. Para isso, nós temos que convidar V.Sas., representantes dos órgãos envolvidos, quando se trata de um projeto dessa dimensão.

Temos conhecimento de que o Brasil é especialista em poluição de rios, de mananciais. Em relação ao Rio São Francisco, especificamente, estamos tratando de levar água de Minas Gerais até o nosso querido Nordeste.

O senhor falou de 103 projetos de esgotamento sanitário que estão em andamento. Queremos saber o que mais existe com relação aos N Municípios que certamente estão de fora desse total, para que evitem a poluição nesse rio, para que possamos estar seguros de que teremos água transposta, mas água de qualidade. Então, acredito que V.Sa. possa nos dar um alento, de maneira que tenhamos mais segurança.

A cada cidadão que vem aqui para conversar conosco representando um órgão, nós elaboramos perguntas pertinentes à Secretaria ou ao Ministério de cada um.

O SR. PAULO FERREIRA - Deputado, muito obrigado pela sua questão. O Ministro Gilberto Kassab tem enfatizado que é nossa obrigação vir aqui tantas vezes quantas forem necessárias. Além disso, atendemos V.Exas. lá o tempo que for necessário, sem nenhum constrangimento, sem nenhuma restrição. Isso faz parte da nossa obrigação, não só como cidadãos, mas como servidores. Por gentileza, fique à vontade. Quantas vezes forem necessárias eu virei aqui, na medida da minha ignorância.



O esgotamento sanitário é um ponto importante da transposição, especificamente no que diz respeito à poluição do São Francisco. Ele já nos causa uma preocupação. Para os 103 projetos que estão lá sobre esgotamento sanitário, em primeiro lugar, nós temos procurado o saneamento na sua integralidade. Nós não financiamos, por exemplo, rede de esgoto. Fazemos questão de que o sistema seja absolutamente completo, desde a ligação de esgoto até a rede de esgoto, as estações elevatórias, o seu emissário final, o seu tratamento, a sua disposição na fase sólida e na fase líquida de maneira adequada. Nós sentimos que isso é importante para que o São Francisco não tenha esse problema agravado, porque hoje ele já conta com alguma poluição.

Fizemos uma reunião há pouco tempo, e o pessoal da ANEEL disse que um trecho desse rio tem uma grande floração de algas. Isso é um sintoma preocupante, porque significa que deve haver lançamento de esgoto lá, já que o nitrogênio é o alimento para que as algas floresçam, e o sol faz com que elas explodam.

O tratamento disso é muito complicado. Então, é melhor evitar que aconteça, e a forma de evitar é fazer com que o esgoto não chegue ao rio sem tratamento. É claro que há tratamentos mais sofisticados, mas lembro sempre que o melhor tratamento para esgoto urbano de que nós dispomos, de maneira geral, reduz a poluição na faixa de 90%. Então, nós temos 10% que vão ser diluídos pelo próprio rio, o que chamamos de autodepuração. Vai ser preciso fazer isso. Por isso há uma relação entre a vazão do rio em que vamos lançar esse esgoto e essa fase líquida do esgoto ainda com a carga poluidora, que faz parte da vocação do rio.

Em relação à sua questão específica, esses 103 projetos que foram citados são os projetos da Bacia do São Francisco inteira. Especificamente na área da transposição, na área de esgotamento sanitário existem 16 projetos para que esgoto não chegue ao canal. Temos uma grande preocupação não só com o esgoto, mas também com os resíduos urbanos, para que eles não carreguem o chorume para o rio. O chorume é tremendamente tóxico. Só para se ter uma ideia, se compararmos a carga orgânica do chorume com a do esgoto, veremos que a do chorume é cerca de oito vezes maior do que a do esgoto normal. Então, a poluição provocada pela inadequação dos resíduos sólidos urbanos é muito grave. Isso faz parte da nossa preocupação.



Achamos que a solução está exatamente nesses projetos de esgotamento sanitário, para não deixar o esgoto chegar ao rio sem tratamento. Isso conseguimos resolver. Faz parte de um grande projeto de toda a sociedade ter a consciência de que o esgoto precisa ser tratado.

O administrador precisa saber que ele está fazendo um grande investimento. É um investimento extraordinário, porque a Organização Mundial da Saúde fala que, no caso específico de esgoto, para cada unidade monetária investida, economizam-se cinco unidades monetárias em saúde, ou seja, deixa-se de gastar cinco em saúde. Nós podemos olhar esses números pelo outro lado: estamos tendo um investimento de 17 milhões, no caso da transposição. Se multiplicarmos isso por cinco, só no caso de esgotamento sanitário, o resultado é o que está deixando de ser necessário investir em saúde. Isso também é um componente importante para as camadas mais pobres, porque se está propiciando maior condição de saúde, para que elas tenham condição de desenvolvimento.

Acho que a sua preocupação é a nossa preocupação. Estamos todos no mesmo barco. Temos tido uma colaboração imensa de V.Exas. da Câmara dos Deputados. Como disse o Deputado Raimundo Gomes de Matos, estou renovando a minha esperança, porque S.Exa. conversou com a Fazenda e disse que vai haver dinheiro.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - A nossa preocupação é com esses Municípios que margeiam o Rio São Francisco. É uma preocupação muito grande. Os dejetos residenciais e os dejetos oriundos das grandes indústrias têm poluído constantemente os grandes mananciais hídricos. Essa é uma situação gravíssima. Queremos nos sentir seguros de que esse projeto possa nos trazer o conforto tão esperado.

Eu acho que há uma parte da massa populacional no Brasil que, diante da escassez de água, da crise hídrica que estamos vivendo no momento, não está preocupada com isso. Sendo nordestino, eu já conheço as dificuldades resultantes da falta de água não de agora, mas de muito tempo. Tenho 52 anos de vida e de convivência com o Semiárido nordestino, especialmente no nosso Ceará. Aliás, o Coordenador desta Comissão, Deputado Raimundo Gomes de Matos, é nosso conterrâneo e conhece muito bem as nuances do nosso Ceará.



Como surgiu essa oportunidade e muitos ainda, a meu ver, não têm se preocupado, então deve haver algum deus aí cuidando de fazer um megadessalinizador para dessalinizar a água do mar e abastecer as nossas bacias hídricas, porque, se não houver chuva, por quanto tempo nós vamos ter água que seja oriunda lá da nascente do Rio São Francisco?

Então, eu quero deixar registrado que a minha preocupação é grande, é pertinente e é constante, para que nós possamos discutir isso de maneira mais ampla, mais séria e segura, a fim que o Governo Federal possa dar a devida importância.

O SR. PAULO FERREIRA - É a nossa preocupação. Nós estamos também na mesma trincheira. E é muito importante que haja essa preocupação do Legislativo, porque é ele que está bem em contato com a população.

Muitas vezes não é só o esgoto que polui, mas até o aspecto cultural. Por exemplo, ali na altura de Xique-Xique, nas margens de Sobradinho, uma pessoa matou um boi com uma cacetada na cabeça, descarnou o bicho e jogou tudo dentro da água. Isso aí é uma carga orgânica espantosa, que vai poluir o rio. Assim, nós estamos trabalhando também essa questão da educação ambiental com toda a população.

É importante a participação do Município, das associações, das entidades. O Parlamento, que está bem em contato com a população, tem um papel significativo.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Até para a apresentação de projetos de lei nesse sentido, não é, Deputado Raimundo Gomes?

O SR. PAULO FERREIRA - Estamos à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero cumprimentar o nosso Secretário Paulo Ferreira e agradecer-lhe por estar contribuindo com a nossa Comissão de Transposição e Revitalização do São Francisco.

Eu sou a Deputada Raquel Muniz, do norte de Minas. Estou ajudando a organizar este evento, que tem a adesão de vários Parlamentares e a coordenação do nosso Deputado Raimundo, que convenceu a todos da importância de realizar o



primeiro evento externo da Comissão em Minas Gerais, porque é onde estão as nossas nascentes.

No final de semana fui ao meu Estado para pessoalmente convidar as pessoas para participar do evento. Cheguei em Januária, uma cidade de 40 mil habitantes, banhada pelo São Francisco. Quando o Parlamentar chega lá, ele faz uma agenda na cidade. Então, eu estive numa entidade importante de lá, a APAE, que tem o projeto CER, que faz a fisioterapia das pessoas de todos os Municípios do entorno de Januária. Próximo de lá há uma unidade do Corpo de Bombeiros e também uma APAC. É um local que está crescendo muito na cidade, e várias instituições estão com espaço cedido pela Prefeitura, para se instalarem lá. Há um campo de futebol também, que recebe frequentemente muitas pessoas, um público grande. Lá também existe um o aeroporto local, que conta também com uma brigada. Não é ainda um aeroporto comercial, mas é bem usado.

O que eles pediram para a Raquel Muniz Parlamentar? Pasmem: para que eu ajudasse a resolver o problema do saneamento, já que todas essas unidades de que eu falei não têm esgoto, na beira do São Francisco. Eu estava lá falando de revitalização, convidando Vereadores e Prefeito, em uma cidade cuja Prefeitura está com dificuldade de receber recursos, foi mal administrada várias vezes e está até impedida de receber recursos.

Então, Secretário, queremos muito que V.Sa. possa fazer mais. V.Sa. já está fazendo, já está contribuindo aqui conosco, mas queremos mais do que isso. Esta Comissão tem a preocupação de falar com os Secretários dos diversos Estados, mas a Minas Gerais é importante que possamos dar uma atenção especial nessa questão da revitalização, e a revitalização acompanha também o saneamento.

São várias as realidades, o Estado de Minas é imenso. Às vezes estamos ali convidando para um seminário que vai ser realizado em Pirapora, e há várias cidades ribeirinhas ali ao redor. Estamos fazendo uma divulgação importante desse seminário. Estarão lá as várias representações. Não queremos encher o espaço de pessoas só para que recebam os Deputados, os Senadores e o Ministro que vão estar lá, mas, efetivamente, para que saibam do impacto que toda essa transposição vai provocar, dos benefícios que pode trazer a revitalização do nosso Velho Chico.



Queremos contar com a participação de todos e já sabemos da intenção do Ministro Kassab. Vamos fazer essa comunicação especialmente aos Secretários e aos Prefeitos dessas cidades. Não se trata só do norte de Minas, mas em Belo Horizonte há o Córrego do Onça, que polui. Divinópolis, que está distante da gente, tem muitas minas, o que acaba poluindo o nosso rio e o rio que vai fornecer água para o Nordeste brasileiro.

Agradecemos muito a esta Comissão e aos Ministérios envolvidos que vão estar lá. Queremos contar também com a presença do seu Ministério no evento, mas mais importante ainda é essa comunicação com esses Secretários.

Muitos recursos já estão vindo para o saneamento, para a resolução do problema dos resíduos sólidos, mas muitas vezes não há uma comunicação disso, e as pessoas não compreendem como que isso está acontecendo. E é esse o nosso papel lá no seminário que a Câmara quer fazer. Diversos agentes vão estar lá: Prefeitos, Vice-Prefeitos da região, associações que representam os Prefeitos do São Francisco, a AMMESF, a AMAMS, que é dos Municípios mineiros da área da SUDENE; enfim, todos esses agentes vão estar participando.

Eu acredito que essa questão do saneamento é crucial, e realmente nós estamos promovendo esse diálogo. Vários entes estão vindo aqui, representando os diversos órgãos. Mas é preciso, Deputado Raimundo, que façamos uma comunicação junto a eles, para ser levada à população. Minha bandeira maior é a educação, e eu sempre acredito que o caminho é realmente a educação as pessoas. E uma forma de educar é comunicar. Neste caso, é comunicar como que está o projeto, como que estão vindo os recursos.

Eu queria muito essa participação, por isso peço ao senhor que seja essa pessoa, porque o senhor está nesse espaço tão importante do saneamento, que vai fazer esse diálogo com as entidades. O senhor vai contar sempre com o nosso apoio e, tenho certeza, com o desta importante Comissão de Revitalização e Transposição do São Francisco, através do Deputado Raimundo e dos demais Deputados que a compõem.

A nossa preocupação não é só sobre o agora, sobre a entrega dessa obra, mas é também sobre a gestão, que diz respeito aos Municípios, ao Estado e à União.



Muito obrigada.

O SR. PAULO FERREIRA - Eu que agradeço, Deputada Raquel, a gentileza da sua questão. No que diz respeito ao contato com os Municípios, o Ministro Kassab tem adotado uma política que tem tido boa repercussão nos Estados. Nós estamos visitando os diversos Estados. Num primeiro momento, temos uma reunião com o Governador e com os seus Secretários. Logo depois, normalmente temos uma reunião com os Prefeitos da capital e com algumas pessoas que ele define. Em outros casos, vamos a alguns interiores, onde há um conjunto de Prefeitos. E eles são instados através das Secretarias do Estado.

Estamos à disposição. Não temos nenhum óbice para atendê-los no que for possível.

No que diz respeito especificamente ao nosso caso aqui, nós temos aquela limitação FUNASA e Ministério das Cidades, que são os 50 mil habitantes. Mas o Dr. Manoel, que é o nosso Diretor para área de recursos do OGU, teve a gentileza de me mostrar que no caso específico de Januária nós temos 2 empreendimentos que estão desenvolvidos pela COPASA, sendo um deles a ampliação do sistema de esgoto, que está aqui contratado e está iniciado, pelo menos foi o que me disseram aqui. Mas há um problema que está paralisando a obra. Provavelmente, aqui, há uma pendência de engenharia. A finalização do objeto depende da execução de algum serviço na NTE elevatória, no caso específico de Januária. E há mais: elaboração do projeto de engenharia, estudos ambientais, regionalizados, para o destino final dos resíduos sólidos urbanos. Então, são projetos que estão sendo desenvolvidos. O contratado foi o Governo do Estado.

Então, a minha sugestão é que nesse encontro, especificamente sobre o caso de Januária, conversem com o pessoal da COPASA, ou com o Prefeito, para saber quais são as pendências, o que está acontecendo.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - A COPASA vai estar presente lá.

O SR. PAULO FERREIRA - Então, com isso se vai poder ver se esse recurso avança. Não são recursos tão pequenos assim para o porte da cidade; são recursos bastante significativos: 3 milhões num caso e 10 milhões no outro, quer dizer, para o projeto e para a coisa. Então, essa preocupação é absolutamente correta.



Agora, no caso dos demais Municípios, estamos à disposição no Ministério. Belo Horizonte pertence à Grande Caconde, e eu sou de Caconde. *(Riso.)* Minas está com a porta sempre aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Em relação à educação ambiental, foi feito um trabalho pelo Ministério da Saúde — não sei se V.Sa. tomou conhecimento disso — sobre a contaminação medicamentosa da água, muitas vezes difícil de ser detectada.

É muito comum as pessoas guardarem medicamentos em casa e depois os jogarem na pia quando verificam que estão vencidos. Isso contamina o manancial. Em cidades menores, não existe capacidade para esse tipo de tratamento da água. Uma paciente, certa vez, teve uma intoxicação. Foram procurar a causa e descobriram que havia sido em virtude de contaminação por medicamento vencido. Então, essa ação de educação ambiental é de suma importância para que nós possamos ter efetivamente a boa utilização da água.

Indago ao Dr. Paulo o seguinte: pela sua visão, o planejado e o executado estão em nível regular, médio ou bom? Nesse dialogozinho com o Ministro Levy, nós falamos num contingenciamento. Em relação ao planejado do PAC 1, qual foi o percentual aproximadamente do que efetivamente foi executado por não ter sido contingenciado? Às vezes, programa-se, mas fica a questão do valor do contingenciamento. Nós temos o PAC 1 e o PAC 2. Aproximadamente, o que é que efetivamente foi contingenciado? Quando eu falei com o Ministro Levy, eu coloquei que, em cada contingenciamento, às vezes, o custo da obra encarece, porque desmobiliza aquela equipe, retorna, aí tem que haver vigilância daquele canteiro, porque se não houver os materiais acabam se perdendo.

Em relação a Restos a Pagar, essa é outra discussão que temos: o que entra em Restos a Pagar, qual o prazo. Então, houve a necessidade desse meu atraso lá, justamente para tentarmos mostrar. Eu não tinha esse dado de 1 real no saneamento e 5 reais na saúde. Sempre estamos economizando no orçamento da saúde. Mas é importante a Comissão ter mais ou menos um parâmetro, até para que, nas próximas audiências, nos próximos contatos com o Governos, nessas visitas que iremos fazer aos Ministérios, nós possamos pactuar e ter dados concretos para trabalhar em conjunto no fortalecimento do projeto.



O SR. PAULO FERREIRA - Deputado, no que diz respeito ao problema da educação ambiental, especificamente na parte medicamentosa, essa é uma preocupação enorme, porque nenhuma das estações de tratamento de água que temos consegue segurar esse tipo de poluição — nenhuma estação.

Só para o senhor ter uma ideia, eu trabalhei no início do Sistema Cantareira. A estação Cantareira, que foi projetada em 1968 e entrou em operação em 1973, foi projetada considerando-se 17 parâmetros. Hoje, para projetarmos uma estação de tratamento de água, temos que usar 180 parâmetros. Isso mostra a evolução enorme que houve na tecnologia do tratamento.

Esses disruptores endócrinos, como são chamados os problemas da poluição medicamentosa, principalmente as pílulas anticoncepcionais e os hormônios, causam uma grande preocupação. Alguns não têm o menor significado. Se, por exemplo, colocarmos AAS na água, não acontece nada.

Estamos em boa companhia neste aspecto. Esta é uma preocupação no mundo, não é especificamente nossa. Mas esse é o estado na arte, vamos dizer assim, em termos de tratamento de água neste quesito.

No que diz respeito ao que é planejado e o que é executado, nós não estamos satisfeitos. Há uma grande preocupação de que tenhamos necessidade de, com mais assistência, com mais ênfase, apertarmos os Municípios, verificarmos as questões que estão acontecendo, o porquê de, às vezes, as obras andarem em velocidade reduzida. Às vezes o Município questiona problemas de projeto, às vezes há atraso de pagamento.

O fato é que, em relação à sua pergunta, objetivamente, nós não estamos satisfeitos com o desenvolvimento das coisas, embora reconheçamos que os Programas de Aceleração de Crescimento 1 e 2 tenham sido, em termos de saneamento, um extraordinário avanço. Nisso não há o que se questionar.

Em relação à sua preocupação — o Manoel acaba de me informar —, o PAC 1 foi 75% executado. Este é um grande número, mas é uma grande frustração também. Por que não executaram 100% em 5 anos antes? Esse seria o ideal. Ele foi feito em 2007, e o ideal seria que tivesse sido totalmente executado até 2010, 2012, por aí, em 3 anos ou 4 anos.



As obras de saneamento têm uma característica: elas são mais lentas, mais demoradas, são picadas, não são obras localizadas. Uma coisa é fazer o metrô: 10 quilômetros demoram 5 anos para serem feitos. Quando se vai lá, aquele negócio já está andando para lá e para cá. São estações grandes, trilhos grandes, é uma obra concentrada.

O saneamento não é concentrado, rede é metro por metro que vai sendo feito. Na rede de água e na rede de esgoto é uma estação elevatória, uma estação de tratamento de água, uma estação de tratamento de esgoto, uma captação de água, tudo isso é muito picado. Então, necessariamente, o tempo é maior.

Mesmo assim, nós não estamos satisfeitos. Primeiro, porque se atrasa a chegada desse benefício à população. Segundo, porque é uma forma menos proveitosa de se utilizar o recurso, que é tão escasso. Então, no PAC 2, que começou em 2008, estamos com 22% a 25% de execução. Neste PAC nós pretendemos ter uma ação mais efetiva para executar, para acelerar isso, e esperamos voltar — se não eu, o colega que estiver em meu lugar — daqui a 3 anos tendo havido um grande avanço nessa velocidade de execução.

O Restos a Pagar foi uma política do Governo de tentar vencer o que está empenhado. No caso do saneamento, acho que não houve grandes traumas, mas nós ainda estamos relativamente atrasados no pagamento. Estamos vencendo o mês de março. A Fazenda tem feito um esforço grande, o Planejamento tem feito um esforço grande, privilegiando o saneamento, e nós estamos conseguindo ultrapassar essas barreiras dessa crise com uma certa celeridade, ainda que longe daquilo que gostaríamos que fosse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O nobre Deputado Adail Carneiro tem alguma indagação?

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Não. Eu acredito que o que V. Sa. disse já nos deixa bastante tranquilos. Deixemos que apareçam outras dúvidas para outros momentos. Por ora, está explicado. Se nós tivermos a felicidade de que tudo isso seja posto em prática, certamente nós estaremos bastante seguros de todo esse processo pelo qual nós ansiamos há décadas. No momento, eu me dou por satisfeito.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - A Deputada Raquel Muniz teve que se ausentar, para ir a outras Comissões.

Nós estamos lembrando a nossa audiência pública externa lá em Pirapora. Já foi providenciada uma aeronave. Temos a confirmação da participação do Ministro da Integração e de representantes de órgãos federais de Minas. É importante que os assessores dos Parlamentares confirmem. Não podemos perder a hora, porque a FAB decola na hora estabelecida. Não considerar a possibilidade de decolar fora do horário.

O roteiro foi preestabelecido, em conformidade com a articulação da Deputada Raquel Muniz, a quem parabenizamos o esforço e deste fazemos o devido registro. Creio que seja uma oportunidade para muitos de nós que não conhecem a nascente do São Francisco: ver *in loco* tudo que já foi feito e tudo que precisa ser feito.

Essa será a primeira das audiências externas. Nós já temos requerimentos para irmos ao Ceará e à Paraíba. Há um requerimento do nosso Deputado Beto Rosado para irmos a Mossoró, no Rio Grande do Norte. Vamos tentar adequar nossas agendas a essas reuniões externas, que são de suma importância, até para que os Governadores e os gestores municipais participem do esforço conjunto de fortalecer o pacto federativo.

Na Legislatura passada — digo isto especialmente ao Deputado Adail Carneiro, que está aqui exercendo o seu primeiro mandato, de uma série de mandatos que virão —, nós fazíamos as reuniões externas, às vezes, na quinta e na sexta. O Presidente Eduardo Cunha nem para as Comissões Externas está querendo abonar a falta. S.Exa. diz: *“Se não fizer assim, não consigo quórum aqui. Se cada Comissão Externa fizer suas atividades na quinta-feira, não haverá quatrocentos ou quatrocentos e poucos Deputados na Casa.”* Na última vez em que dialoguei com o Presidente Eduardo Cunha, S.Exa. disse: *“Se eu fosse atender aos convites diários, não viria à Câmara. Todos os dias há uma solenidade ou um evento em que o Presidente da Câmara tem que estar presente.”* Eu concordo plenamente.

Portanto, temos que fazer nosso esforço. Cada um de nós tem sua agenda nos Municípios em nossos Estados, mas é de suma importância fazermos essa agenda externa também.



Agradeço a compreensão do Dr. Paulo Ferreira por ter nos esperado mais um pouco para iniciarmos esta audiência pública. Agradeço todas as informações prestadas, juntamente com seu assessor, Dr. Manoel Renato Machado Filho, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica.

O Presidente da FUNASA nos comunicou que virá também. Nós estamos falando de Municípios com população acima de 50 mil habitantes, mas nos Municípios menores — que, conforme o caso citado pela Deputada, são Municípios com população inferior a 50 mil habitantes —, pactuou-se a execução pela FUNASA. Por isso, vamos ouvir também a FUNASA, para que possamos nos situar em relação a essas ações.

Vamos aguardar que efetivamente o nosso Ministro Joaquim Levy não use a caneta para contingenciar os nossos pequenos recursos, em relação ao montante de recursos da União.

Não havendo mais nenhuma Deputada ou nenhum Deputado inscrito para falar, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 12 de maio, terça-feira, às 14h30, no Plenário 15 do Anexo 2 desta Casa, com a seguinte pauta: reunião pública com os Secretários de Recursos Hídricos de Pernambuco e de Minas Gerais.

Aproveito para informar a realização do nosso seminário no Município de Pirapora, no Estado de Minas Gerais, no dia 8 de maio, nesta sexta-feira, objeto de requerimento aprovado da Deputada Raquel Muniz, com o seguinte tema: *Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: impacto nas cidades ribeirinhas.*

Esclareço que V.Exas. devem confirmar suas presenças até amanhã, quarta-feira, para que possamos encaminhar a lista de nomes para a FAB. Não podemos chegar lá na hora e dizer: “*Sou Parlamentar e quero embarcar*”. A FAB não libera. Temos que antecipadamente mandar a lista com os nossos nomes para lá. Temos que passá-los para a nossa Secretária Mirna Pessoa, que os enviará para o Comando da Aeronáutica, para que possamos nos habilitar a embarcar na aeronave.

Informamos também a realização de seminário no dia 29 de maio, sexta-feira, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, objeto de requerimento aprovado do Deputado Beto Rosado, com o seguinte tema: “Mostrar e debater o Projeto de



Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional, com ênfase no Eixo Norte”.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente audiência.